

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

[Título: RODA VIVA](#) 8

Valor Econômico

[Título: Novo contrato de Tucuruí torna-se decisivo para oferta da Eletrobras](#) 15

[Título: União abre mão de voto em assembleia e minoritários vão decidir sobre o plano](#) 17

[Título: Governo pretende fazer leilão de distribuidoras por valor simbólico de R\\$ 1](#) 19

Sumário

VEÍCULO: O Globo **3**

Título: Hora de superar o trauma e voltar ao setor de energia 3

Título: Pressa Inimiga 5

Título: Nota..... 6

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo **6**

Título: Nota..... 6

Título: TCU bloqueia até R\$ 7,5 bi na Lava Jato 6

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: RODA VIVA	8
Título: Plano de privatização requer um 'Pedro Parente'	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Vapor elétrico	10
Título: Indicado para países quentes	12
Título: Folhas acumulam óleo combustível.....	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Um bom primeiro passo nos leilões de petróleo e energia.....	13
Título: Novo contrato de Tucuruí torna-se decisivo para oferta da Eletrobras	15
Título: União abre mão de voto em assembleia e minoritários vão decidir sobre o plano	17
Título: Governo pretende fazer leilão de distribuidoras por valor simbólico de R\$ 1	19
Título: Minoritário questiona recompra da Cetrel.....	20
Título: Curtas	21
Título: Frase do dia.....	21

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro****Título: Hora de superar o trauma e voltar ao setor de energia**

Especialistas veem boa perspectiva para os papéis de geradoras e transmissoras.

Investidores estrangeiros pagaram mais de R\$ 12 bilhões na semana passada por quatro usinas hidrelétricas, montante equivalente ao que será desembolsado por grupos nacionais e internacionais que venceram o último leilão de transmissão, ocorrido em abril.

Além disso, há uma série de empresas do setor, nacionais e estrangeiras, de olho nas distribuidoras da Eletrobras que irão à venda até o início de 2018. Esse apetite todo pela área energética, no entanto, ainda não se reflete na negociação e no preço das ações do setor.

O Índice de Energia Elétrica (IEE) acumula alta de 14,4% no ano, desempenho inferior aos 23,4% do índice de referência Ibovespa. Analistas lembram que essa disparidade está atrelada às mudanças regulatórias e à crise hídrica enfrentadas pelo setor desde o fim de 2012, o que tirou a previsibilidade de receitas e aumentou os custos das empresas. O resultado foi que as ações afundaram nos meses seguintes.

Por outro lado, os especialistas também indicam que, por terem caído muito, esses papéis têm boas chances de ganhos com a estabilização das regras. — Alguns setores sofreram mais na recessão. Agora, tendem a se valorizar mais também. Alguns papéis de energia estão com preços muito abaixo da média — avalia Marco Saravalle, analista da XP Investimentos.

O setor de energia sempre foi considerado um bom pagador de dividendos. Por essa razão, estava na carteira dos investidores que queriam ter exposição ao mercado de ações, mas não desejavam uma variação muito forte em suas aplicações. Além disso, garantiam uma renda contínua com pagamento de proventos (dividendos e juros sobre o capital próprio).

MP 579 AFUGENTOU INVESTIDOR

O problema começou com a edição, no fim de 2012, da medida provisória (MP) 579, que antecipou o vencimento das concessões das empresas do setor de forma automática, mas por tarifas menores. Na sequência, diversas regiões do país enfrentaram uma forte crise hídrica, que secou os reservatórios e fez disparar os preços de energia, tanto por causa do acionamento de térmicas,

cujo custo é superior ao das hidrelétricas, como pela demanda no mercado livre, onde grandes empresas compram energia.

Saravalle lembra que alguns investidores ainda têm trauma das perdas ocorridas nesse período, por isso ainda não retornaram a esses papéis. Mas ele acredita que as mudanças no setor não passarão despercebidas, o que aumentará o interesse por ações das empresas de energia. — Tem investidor que ficou com trauma. As carteiras de dividendos tinham mais de 30% dos papéis do setor de energia. Depois elas deixaram de ser recomendadas. Mas agora, aos poucos, voltam a aparecer — lembra o analista.

As transmissoras são vistas como as mais estáveis neste momento. Isso porque, independentemente de recessão econômica ou crescimento, as receitas variam pouco, o que as deixa na categoria de papéis defensivos. São vistas como boas pagadoras de dividendos por Saravalle, a Transmissão Paulista, cujos papéis acumulam alta de apenas 6,7% no ano, e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa), de 13%.

Para quem tem maior apetite por risco, ele vê como opções os papéis da Cemig (ganho de 6,4% em 2017), caso esta consiga reduzir o seu endividamento com a venda de ativos, e a Eletrobras (estável no ano), que tem em curso um plano de privatização e venda de ativos.

Para quem quer um papel com potencial de ganho, mas não tem muito apetite por risco, Phillip Soares, analista da Ativa Investimentos, recomenda a Equatorial, que acumula ganho de 13,7% no ano: — Esses papéis sofreram também com a crise econômica, já que a indústria é a grande consumidora de energia. Mas é um setor com perspectiva de melhora.

A Equatorial tem como perfil comprar empresas a um bom preço e mudar a gestão, o que tem garantido bons resultados. Outro papel considerado atraente é o da geradora AES Tietê. Ricardo Zeno, diretor da AZ Investimentos, reforça que o setor de energia é essencial no processo de retomada da economia, mas admite que as mudanças regulatórias dos últimos anos afugentaram o investidor. — O preço desses papéis ficou defasado.

Os níveis de preços estão bem atraentes, mas é importante dar ao investidor uma regra mais clara sobre como vão funcionar as concessões, já que elas são de longo prazo, e mudanças no meio do caminho afetam o retorno dos investimentos — afirma Zeno.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / colunas****Autor: George Vidor****Título: Pressa Inimiga**

Vender separadamente usinas da Eletrobras e outros ativos seria melhor negócio para o país

Privatizar é de fato o caminho para tirar a Eletrobras da areia movediça em que está atolada. É também a forma de livrá-la da sanha e da cobiça doentia de grupos políticos, fornecedores, corporações internas, além de blindá-la de iniciativas imbecis como as adotadas durante o governo Dilma. No entanto, o modelo que o governo cogita para a privatização certamente não é o mais inteligente. Atende apenas necessidades imediatas de caixa do Tesouro Nacional, o que é igualmente duvidoso, pois o processo vai gerar inúmeras demandas, e o dinheiro desaparecerá como pó lançado ao vento.

A Eletrobras tem muito patrimônio que, se vendido separadamente, vai gerar caixa para a empresa, tapar seus rombos e render bons dividendos ao Tesouro, sem contar o benefício da valorização das ações da companhia no mercado. Exemplo são as participações em sociedades de propósito específico criadas para a construção de hidrelétricas, usinas térmicas e eólicas nos últimos anos. São usinas já em operação, faturando. E a venda pode ser feita testando-se o apetite do mercado, que anda bem guloso, a julgar pelo que aconteceu no leilão das ex-hidrelétricas da Cemig na semana passada.

Já está mais do que na hora também de se privatizar as distribuidoras estaduais que foram federalizadas (Alagoas, Piauí, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima). Até dando de graça será um bom negócio para a Eletrobras. Há exceções, mas a maioria delas só dá dor de cabeça para a holding em face dos calotes que essas distribuidoras sofrem, até mesmo dos governos estaduais e das prefeituras.

Há outras questões específicas que complicam a privatização da holding em si. É complicado segregar a energia oriunda das usinas nucleares e de Itaipu. Não é possível vender tal tipo de energia aos preços voláteis de mercado. Existem outras cositas más: as companhias transmissoras de energia vão receber um caminhão de dinheiro a título de compensação (o que será, obviamente, cobrado de todos nós, consumidores). Só Furnas tem a receber R\$ 10 bilhões. E o governo espera arrecadar R\$ 20 bilhões com a perda do controle acionário da Eletrobras. Então se trata de uma questão aritmética, e não ideológica. Em tempo: o setor elétrico é complexo demais para se fazer experimentos. Vide o que aconteceu no governo Dilma, cuja conta pagaremos ainda por anos a fio.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Nota****Bate o sino pequenino**

Com Pedro Parente em NY, Petrobras começa a fazer as pazes com mercado de capitais.

Pedro Parente vai tocar, hoje, o sino de abertura do pregão da Bolsa de Valores de Nova York. O presidente da Petrobras está na cidade para se reunir com 120 investidores. A estatal brasileira, após a arrumação promovida pela atual diretoria, voltou a fazer as pazes com o mercado de capitais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia / colunas****Autor:****Título: Nota**

» **Mais prazo, menos briga.** A novela da negociação na Casa Civil para finalizar o RenovaBio – a Política Nacional de Biocombustíveis – ganhou mais capítulos. O Banco Central pediu prazo até 17 de outubro para avaliar os efeitos inflacionários da proposta. Mesmo com o pedido, um interlocutor comemora a “falta de embate” entre os representantes dos vários ministérios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor: Fábio Fabrini****Título: TCU bloqueia até R\$ 7,5 bi na Lava Jato**

Medida de caráter preventivo atinge ativos de empreiteiras, executivos e gestores públicos sob investigação por desvios na Petrobrás.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já determinou o bloqueio de R\$ 7,57 bilhões em ativos de empreiteiras, executivos e gestores públicos investigados na Operação Lava Jato por desvios na Petrobrás. As medidas, de caráter preventivo, visam assegurar o ressarcimento de prejuízos à estatal ao fim dos processos em curso na corte. Os valores, atualizados, foram levantados por técnicos do tribunal, a pedido do Estado. A indisponibilidade de bens atinge 13 empreiteiras, das quais oito integrantes do “clube” que se teria organizado em

cartel para fraudar licitações e superfaturar contratos da estatal, pagando propinas a servidores e políticos. Também são alvo das medidas ao menos seis executivos e acionistas dessas construtoras e dez ex-dirigentes da companhia petrolífera.

Neste último caso, a maioria é investigada por perdas de R\$ 2,2 bilhões na compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). O ex-presidente da Petrobrás José Sérgio Gabrielli e o ex-diretor Internacional Nestor Cerveró já foram condenados no fim de agosto a pagar parte desse prejuízo (R\$ 250 milhões). Os bloqueios também são para cobrir superfaturamentos de R\$ 2,1 bilhões em obras na Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; de R\$ 1,3 bilhão no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj); e de R\$ 1,25 bilhão na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná. As decisões referentes a esses casos impedem a venda ou transferência de parte dos ativos de Odebrecht, Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, Iesa, Engevix e Promon, além de outras empresas e diversas pessoas físicas. Só têm escapado dos bloqueios companhias em recuperação judicial, cuja situação patrimonial é gerida em ações judiciais específicas, com o propósito de ordenar o pagamento de credores.

As medidas do TCU têm alcançado, inclusive, companhias que firmaram com o governo e o Ministério Público Federal (MPF) acordos de leniência – espécies de delações premiadas de pessoas jurídicas –, comprometendo-se a colaborar na investigação dos próprios ilícitos e a restituir o Erário. É o caso da UTC Engenharia e da Odebrecht, consideradas, num julgamento deste ano, responsáveis pelas fraudes na Repar.

Para representantes das empresas, ouvidos reservadamente pelo Estado, as sanções não fazem sentido, pois visam garantir um ressarcimento de danos que elas já aceitaram fazer por meio dos acordos. Além disso, eles reclamam que as medidas prejudicam a operação das companhias e a venda de patrimônio, necessária para reerguê-las em tempos de crise. O TCU, no entanto, tem autorizado os implicados a indicar ativos essenciais ao seu funcionamento – como os de capital de giro – para eventual exclusão. Para o tribunal, os bloqueios têm de ser mantidos até que se tenha noção do sobrepreço integral nas obras e a condenação definitiva ao pagamento. Com isso, evita-se que o fiscalizado se desfaça dos bens ou os oculte.

Outra questão é que os valores apontados nas auditorias da corte podem ser maiores que os pactuados pelas empresas nos acordos de leniência, havendo a necessidade de cobrança extra. Prazos. Os processos de devolução de recursos no TCU, chamados de tomadas de contas especiais (TCEs), podem se arrastar por anos. Os auditores têm de apurar a “gordura” paga pelo poder público em obras muito antigas, o que leva tempo – no caso da Petrobrás, a maioria dos

contratos sob escrutínio é do período 2005- 2010. Além disso, a exemplo do que ocorre no Judiciário, as normas da corte de contas permitem propor inúmeros recursos aos investigados. Para acelerar a tramitação nos casos de obras da Lava Jato, o tribunal tenta chegar a um entendimento com as empreiteiras que já colaboram com o MPF. Elas assinariam “aditivos” aos acordos de leniência já firmados com os procuradores de Curitiba, abrindo mão de apresentar recursos. A questão vem enfrentando resistência das empreiteiras.

Em troca, o TCU promete livrá-las de punições como a declaração de inidoneidade, que as impede de fazer negócios com o poder público. Diálogo. Grupo que firmou o maior acordo de leniência da Lava Jato, a Odebrecht, em nota, afirmou que “já assumiu compromisso público de atuar sempre com ética, integridade e transparência”. “Enquanto avança nessa transformação, a Odebrecht espera que o esforço das instituições mobilizadas no combate à corrupção, com as quais mantém permanente diálogo, confirme a importância do instituto da colaboração para a transformação do País e também garanta estabilidade jurídica para o funcionamento das empresas”, informou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ilustrada

Autor:

Título: RODA VIVA

O entrevistado desta segunda (2) é o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, reeleito em 2014 para seu terceiro mandato como deputado federal (PSB-PE).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Plano de privatização requer um 'Pedro Parente'

Os R\$ 15,9 bilhões, acima das expectativas, levantados em leilões de áreas de exploração de petróleo e de usinas da Cemig deram alento às contas públicas e ao PPI, o programa de parcerias de investimentos do governo federal.

Não afastam, porém, a premência de se lançar mão de um nome de credibilidade, competência e trânsito político, capaz de coordenar todas as iniciativas da área.

E que tenha, principalmente, um foco exclusivo nessa tarefa, tal qual um Pedro Parente na Petrobras.

O principal nome no PPI, Moreira Franco, hoje ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, parece mais voltado a outros afazeres no governo, inclusive o de salvar a própria pele, alvo de investigações no STF.

Além do PPI, as concessões e privatizações estão espalhadas por BNDES, Sest (secretaria de coordenação das empresas estatais) e ministérios.

Os ativos que saíram para a iniciativa privada eram os mais fáceis de serem comercializados. As hidrelétricas, que renderam mais de R\$ 12 bilhões, já estão em operação.

Nada contra começar pelos ativos prontos a irem a mercado, pelo contrário. Mas muito do que o governo tem para ser privatizado envolve uma enorme complexidade, a começar da Eletrobrás.

Embora o programa tenha avançado sobretudo em aperfeiçoamento regulatório, sem uma coordenação relevante restará a sobreposição marqueteira de planos de privatização, a ignorar promessas de planos anteriores.

*

Leilão de óleo terá impacto a médio prazo, dizem seguradoras

O leilão de blocos de óleo e gás deverá reanimar a área de seguros de riscos de petróleo no país, mas o impacto a curto prazo será pequeno, segundo companhias do setor.

As atividades que antecedem a exploração dos poços deverão movimentar pelo menos US\$ 25 milhões (R\$ 79 milhões) em prêmios, afirma Carlos Frederico Ferreira, diretor-executivo da Austral.

A demanda aumenta já na fase das propostas, quando algumas empresas usam seguros como garantias, diz ele.

"O setor estava parado, e o leilão revive o segmento, mesmo antes da fase de operação, quando há a construção e a conexão de dutos. É um ciclo que leva até cinco anos. "

A disputa não vai trazer um retorno grande nos próximos dois anos, mas deverá fomentar outras coberturas, como a de prestadores de serviço e de embarcações, diz Bruna Rinaldi, do grupo BB Mapfre.

Há também uma incógnita sobre a demanda que virá das empresas estrangeiras vencedoras, diz ela.

"Não existe uma obrigatoriedade de contratação de seguro local, então é possível que a matriz de algumas das companhias não contratem no Brasil. Outras, porém, ainda optam por escolher uma seguradora nacional."

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Tecnologia e Inovação

Autor: Vilhena Soares

Título: Vapor elétrico

A água está presente em cerca de 71% da superfície do planeta, e aproximadamente 97% desse volume está nos oceanos. Esse imenso arsenal pode ser usado para gerar energia de uma forma aparentemente inusitada e limpa, segundo pesquisadores americanos. Cientistas da Universidade de Columbia desenvolveram uma tecnologia que consegue gerar eletricidade pela evaporação da água. Segundo os criadores, o método poderá ser adotado principalmente em países que têm clima mais quente, como o Brasil. Detalhes do funcionamento da solução foram divulgados na revista britânica Nature Communications.

Para o projeto, a equipe criou uma máquina que levou o nome de mecanismo de evaporação. O aparelho tem a forma de um quadrado, é feito de plástico e contém pequenas placas repletas de esporos bacterianos chamadas obturadores. Os pesquisadores escolheram os esporos bacterianos devido a uma propriedade específica dessas pequenas substâncias: elas se mantêm em tamanho reduzido quando secas (semelhante a uma uva passa) e se expandem quando entram em contato com a água.

Quando a água presente na base do aparelho começa a evaporar, os esporos bacterianos se contraem, fazendo com que os obturadores abram e fechem, gerando energia, que é transferida para um gerador acoplado no aparelho para a produção da eletricidade. Os testes em laboratório renderam resultados bastante animadores tanto com o protótipo, quanto com outros aparelhos criados seguindo o mesmo mecanismo, mas com formas distintas.

Os resultados promissores animaram a equipe, que começa a trabalhar com a possibilidade de usar a tecnologia em grande escala. "Embora esses motores

sejam muito pequenos, nos perguntamos qual poderia ser o limite de desempenho possível, caso eles sejam aperfeiçoados”, conta ao Correio Ahmet-Hamdi Cavusoglu, um dos criadores do dispositivo e pesquisador da Universidade de Columbia.

Promissor

Os pesquisadores concentraram os cálculos nos Estados Unidos, pela melhor acessibilidade às informações meteorológicas. Pelos dados, estimam que os lagos e os reservatórios norte-americanos poderiam gerar, com a técnica, 325 gigawatts de energia, quase 70% do que o país produz atualmente. “Temos a tecnologia para aproveitar a energia do vento, da água e do Sol, mas a evaporação é muito poderosa também. Agora, podemos estimar números que apontam esse potencial”, ressalta Ozgur Sahin, biofísico na Universidade de Columbia e líder do estudo científico.

Klaus Lackner, físico da Universidade Estadual do Arizona, avalia que o trabalho pode ser considerado uma promessa para a área energética. “A evaporação tem um grande potencial, poderá render ganhos imensos na produção elétrica. É muito bom saber que o ciclo da água, que ocorre em todo o planeta, também pode ser usado para coletar energia de forma mecânica”, ressalta o especialista, que não participou do estudo.

Reúso

A técnica também poderia fazer parte de um mecanismo de economia de água, segundo os criadores. Eles preveem que, depois de gerar energia, o vapor volte à fase líquida e possa ser armazenado para usos diversos. A estimativa é de que essa economia possa chegar a 25 trilhões de galões por ano, ou cerca de um quinto da água que os norte-americanos consomem. A tecnologia para esse reúso do vapor, porém, ainda não foi desenvolvida pela equipe.

Os cientistas também destacam que o processo de captação de energia não atrapalha o equilíbrio do meio ambiente. Segundo eles, a parte da água evaporada que não for capturada é suficiente para dar continuidade ao ciclo necessário para a formação de chuvas. Eles trabalham com a captação de metade da evaporação de lagos e reservatórios.

“Temos a tecnologia para aproveitar a energia do vento, da água e do Sol, mas a evaporação é muito poderosa também. Agora, podemos estimar números que apontam esse potencial”

Ozgur Sahin, biofísico na Universidade de Columbia e líder do estudo científico

“Colocar painéis fotovoltaicos, que são os utilizados para captar energia solar, seria algo muito mais viável economicamente neste atual estágio (...). Pode ser que, com o evoluir da pesquisa, surjam estratégias mais viáveis”

Shigueo Watanabe, mestre em física pela Universidade de São Paulo (USP)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Tecnologia e Inovação

Autor: Vilhena Soares

Título: Indicado para países quentes

As regiões com clima mais quente podem aproveitar ainda mais a capacidade de evaporação para gerar energia e reduzir o desperdício de água, segundo os criadores da tecnologia. Isso porque os experimentos mostraram que a evaporação pode render mais em condições quentes e secas. “Dependendo da localização e da época do ano, esse potencial pode ser maior. Nosso modelo atual nos diz que é necessário clima ensolarado, seco e quente para o melhor desempenho (como o Nordeste do Brasil). Mas é claro que muitos estudos ainda são necessários para comprovarmos se isso se tornaria realidade”, ressalta Ahmet-Hamdi Cavusoglu, pesquisador da Universidade de Columbia.

Shigueo Watanabe, mestre em física pela Universidade de São Paulo (USP), avalia que solução norte-americana é interessante, mas sua aplicação não se tornará realidade imediatamente. “Implantar todas essas tecnologias em lagos e reservatórios dos Estados Unidos e de outros países é algo que dará bastante trabalho. Colocar painéis fotovoltaicos, que são os utilizados para captar energia solar, seria algo muito mais viável economicamente neste atual estágio”, compara. “Porém, precisamos destacar que esse é um estudo científico inicial, pode ser que, com o evoluir da pesquisa, surjam estratégias mais viáveis de aplicação e que consigam tornar esse processo mais fácil e eficaz.”

Watanabe também destaca que a energia captada por meio da evaporação é uma alternativa que tem sido explorada por outros pesquisadores. “Também já li sobre brasileiros que tentam captar energia por meio da evaporação com o auxílio de árvores, o que também é algo muito interessante, já que seria um sistema que prioriza a preservação do meio ambiente. É um tema bastante rico e que vale a pena acompanharmos e esperar as novidades que possam surgir”, ressalta. (VS)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Tecnologia e inovação

Autor: Vilhena Soares

Título: Folhas acumulam óleo combustível

Ao se alimentar demais, o ser humano engorda. As plantas podem sofrer o mesmo efeito, mas acúmulo tem um fim mais útil: aumento na produção de óleos que podem ser usados como biocombustíveis. É o que mostram pesquisadores norte-americanos em um estudo feito em laboratório e detalhado na última edição da revista *Plant Physiology*.

A equipe criou espécies de plantas com vias de transporte de energia bloqueadas, o que fez com que os açúcares produzidos durante a fotossíntese fossem acumulados nas folhas, em vez de se espalharem pela planta inteira, como ocorre naturalmente. “As plantas fazem a própria comida. Convertem a luz solar, a água e o dióxido de carbono em açúcares através da fotossíntese, e esses açúcares geralmente são transportados por toda a sua estrutura”, explica, em comunicado, John Shanklin, bioquímico no Laboratório Nacional Brookhaven do Departamento de Energia dos EUA e um dos autores do estudo.

Eles suspeitavam que a concentração do açúcar nas folhas aumentaria a produção de óleo, o que foi confirmado pelos experimentos. “Mutações genéticas que diminuíram o transporte de açúcar para fora das folhas fizeram com que os níveis de açúcar nas folhas aumentassem. Esse excesso de açúcar impulsiona o aumento da produção de óleo”, resume Shanklin.

Os cientistas também criaram plantas que combinavam as características de aumento de açúcar com outras mutações, incluindo uma que limitava a quebra dos lipídios das plantas, o que resultou em novos aumentos na acumulação de precursores de óleo nas folhas. “Em vários casos, as combinações dessas mutações ajudaram a dobrar o metabolismo das plantas para produzir e armazenar mais petróleo do que o esperado”, conta Shanklin.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Um bom primeiro passo nos leilões de petróleo e energia

O resultado do leilão das usinas hidrelétricas operadas pela Cemig e da 14ª rodada de blocos de petróleo e gás, na quarta-feira passada, deve reforçar as expectativas em torno do programa de concessões recentemente anunciado pelo governo. Os ativos oferecidos despertaram interesse em grandes companhias estrangeiras, tiveram ágio e renderam R\$ 16 bilhões aos cofres públicos. O presidente Michel Temer usou as redes sociais para dizer que “resgatamos definitivamente a confiança do mundo no Brasil”.

Foi, de fato, um excelente primeiro passo na sucessão de leilões que está por vir. O governo merece reconhecimento por ter ajustado as regras do setor

petrolífero, como a flexibilização nas exigências de conteúdo local, e pela postura firme diante de pleitos paroquiais, como os apresentados pela bancada mineira de deputados e senadores, desejosa de um acordo para preservar as usinas com a própria Cemig.

Apesar do lobby contrário da indústria mais protecionista e da necessidade de barganhar votos no Congresso Nacional, manteve-se uma saudável determinação rumo à modernização da economia e à arrumação de setores estratégicos, que foram duramente penalizados pelo excesso de intervencionismo estatal nos últimos anos.

É útil lembrar a contradição à qual o país foi submetido com a retórica ufanista e nacional-desenvolvimentista, enquanto os investimentos minguavam. Basta ver o caso do petróleo. No discurso, o pré-sal era nosso e somente a Petrobras teria o direito de explorá-lo. Na prática, houve uma paralisação no calendário de leilões e a estatal tornou-se, além de uma empresa saqueada pela corrupção, a petroleira mais endividada do planeta.

Outro legado lamentável: em 2016, apenas 241 poços foram perfurados no país - um terço da quantidade registrada no ano anterior- e esta é uma atividade que está em queda desde 2012.

Em lugar de aplausos ou de lamentações sobre o passado, o que importa é o futuro.

O governo de Michel Temer gastou um bom tempo corrigindo problemas das concessões feitas no passado, a exemplo da repactuação do pagamento de outorgas dos grandes aeroportos internacionais como o Galeão. Recentemente foi editada uma medida provisória que ampliou de cinco para 14 anos o prazo para a duplicação de rodovias licitadas pelo governo Dilma Rousseff.

Em 2012 a administração Dilma imaginou construir 10 mil quilômetros de trilhos no país. Nem um centímetro saiu do papel até hoje. O atual governo também não fez leilões de concessão de rodovias e ferrovias.

O programa de privatização passará por testes importantes com os dois leilões do pré-sal que ocorrerão este ano, a privatização de Congonhas e o modelo inédito de licitação de blocos de aeroportos (que vai misturar os lucrativos com os deficitários).

O verdadeiro sucesso das concessões, porém, poderá ser medido quando forem feitas licitações de projetos de infraestrutura ainda por ser construída, a exemplo da Ferrogrão, ferrovia concebida para escoar a safra de grãos do Mato Grosso para os portos da região Norte, ou mesmo para melhorias e duplicações

de rodovias já existentes. Certamente, será uma experiência bem distinta dos leilões de usinas prontas, acabadas e com fluxo de caixa garantido.

Novas obras é que vão aumentar a oferta de infraestrutura no país e dar impulso aos investimentos, com impactos positivos sobre o mercado de trabalho, a produtividade e competitividade da economia brasileira.

Depois de três anos de recessão, a economia está em processo gradual de retomada do crescimento. Os primeiros sinais vieram do aumento do consumo das famílias, depois de um longo período pagando dívidas.

A recuperação sustentável, no entanto, vai depender do desempenho da taxa de investimento que está em queda desde 2014. No segundo trimestre deste ano ela foi de 15,5%, a pior performance desde o ano 2000, segundo dados do IBGE.

A inflação sob controle, a queda da taxa de juros reais para níveis mais compatíveis com o resto do mundo e a retomada da atividade econômica são fatores que ajudam a renovar o ânimo dos investidores no Brasil. Falta o ajuste das contas públicas e nele, a aprovação da reforma da previdência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Novo contrato de Tucuruí torna-se decisivo para oferta da Eletrobras

A usina de Tucuruí (PA), com 8.370 megawatts de capacidade instalada, tornou-se peça-chave para definir os valores envolvidos na privatização da Eletrobras e quanto o Tesouro Nacional poderá arrecadar com a operação.

A concessão da hidrelétrica expira em 2024. Há discussões no governo sobre a possibilidade de prorrogar antecipadamente, por 30 anos, o contrato de Tucuruí.

O tema surgiu na reunião de sexta-feira entre integrantes da equipe econômica e do **Ministério de Minas e Energia** para avançar no modelo de privatização da estatal. O entendimento é que, se a usina no rio Tocantins tiver sua concessão renovada agora, os valores passíveis de se obter têm potencial para subir vertiginosamente. Ainda não houve decisão.

Só para efeito de comparação: as 14 hidrelétricas da Eletrobras que operam no regime de cotas - o modelo de tarifas baixas imposto pela ex-presidente Dilma Rousseff - totalizam cerca de 14 mil MW. A potência de Tucuruí, unicamente,

equivale a 60% disso. Ela pertence à Eletronorte e é atualmente a maior usina em território nacional. Itaipu é dividida com o Paraguai e Belo Monte, que vai superá-la na capacidade de geração, ainda está em obras.

Esse conjunto de 14 hidrelétricas teve suas concessões prorrogadas em 2012, depois da polêmica MP 579, a medida provisória assinada por Dilma para reduzir as contas de luz. Agora elas serão "descotizadas". Em outras palavras: terão seus contratos zerados e poderão praticar tarifas de mercado. Por isso, vão pagar um bônus de outorga ao Tesouro Nacional. Hoje a Eletrobras não tem recursos em caixa. Esse dinheiro virá do aumento de capital, do qual a União não participará, diluindo sua participação.

Ao contrário dessas usinas, Tucuruí não opera pelo sistema de cotas. Ocorre que seus contratos de venda de energia têm duração somente até 2024, quando vence a concessão. Se ela for renovada, poderá vender energia por mais 30 anos e por preços livres. O Tesouro pode engordar seus cofres cobrando uma "superoutorga" para isso.

Além de Tucuruí, outras usinas menores da Eletrobras estão com concessões expirando no horizonte, como Samuel (RO) e Balbina (AM). Trata-se, no entanto, de estruturas pouco expressivas em termos de geração.

A definição básica da modelagem deve ficar pronta até meados de outubro, mas os detalhes vão ficar por conta de uma consultoria que será contratada ainda neste ano e precisará entregar seus trabalhos no início de 2018.

Algumas ideias começam a ganhar mais clareza nas discussões de governo. Por exemplo: manter uma "golden share", independentemente da fatia acionária da Eletrobras que ficará nas mãos da União, garantindo poder de veto em questões controversas.

Outro ponto mais nítido desde o anúncio de privatização é a necessidade de um sinal verde do Congresso Nacional. A lei de criação da estatal, que é de 1961, diz no artigo 7º: "Subscreverá a União a totalidade do capital inicial da sociedade e, nas emissões posteriores de ações ordinárias, o suficiente para lhe garantir o mínimo de 51% do capital votante".

A lei que institui o Programa Nacional de Desestatização (PND), sancionada em 1997, vai na direção contrária e permite ao governo privatizar empresas - exceto Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e que lidem com atividades de responsabilidade exclusiva da União, como é o caso da Eletronuclear, que vai ser segregada da Eletrobras.

Embora a impressão inicial tenha sido de que a segunda lei se sobrepõe à primeira, avalia-se agora que seria recomendável deixar esse ponto

devidamente claro para evitar contestações judiciais no futuro. Por isso, fala-se em duas medidas provisórias diferentes. Uma, já esperada, faria a reforma do setor elétrico e teria como base o texto já colocado em consulta pública pelo Ministério de Minas e Energia. Outra trataria apenas da Eletrobras.

O governo está ciente de que a tramitação de uma MP específica no Congresso Nacional pode ensejar uma batalha complicada, sem divisões binárias entre base aliada e oposição, com muitos interesses regionais em jogo. Uma evidência disso foi a carta assinada por todos os governadores do Nordeste contra a venda da Chesf e a resistência da bancada mineira à perda de controle sobre Furnas.

Outra decisão praticamente tomada é que o processo de "descotização" das hidrelétricas cujas concessões foram renovadas pela MP 579 vai ocorrer ao longo de cinco anos. O objetivo é amortizar o impacto tarifário da medida, já que as usinas vão ter um aumento no valor do megawatt-hora. Elas vão ganhar mais 30 anos de contrato e poderão vender sua energia por tarifas de mercado.

O governo falava em uma alta de 8% nas contas de luz se toda a "descotização" ocorresse de uma vez só. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) advertiu que o aumento poderia chegar a 16,7%. Um processo mais gradual ajudaria a mitigar esse impacto.

A ideia, no entanto, é deixar tudo amarrado e devidamente assinado no primeiro semestre do ano que vem para evitar uma eventual reviravolta em caso de mudança na linha de ação do próximo governo. Em 2018, a estimativa é arrecadar R\$ 7,7 bilhões com a "descotização" de hidrelétricas da Eletrobras. O que se quer é firmar os compromissos relativos aos quatro anos seguintes. O tamanho da chamada para o aumento de capital na empresa, que resultará na diluição da participação da União e na transferência de controle para os sócios privados, dependerá do valor total do processo de "descotização" e da inclusão ou não de Tucuruí.

Por enquanto, ainda não se fala em valores. Na sexta-feira, após reunião na Fazenda, o ministro Fernando Coelho Filho apenas confirmou a disposição em preservar uma ação de classe especial (golden share) na empresa.

(Colaboraram Fábio Pupo, de Brasília, e Rodrigo Polito, do Rio)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: União abre mão de voto em assembleia e minoritários vão decidir sobre o plano

Os acionistas minoritários vão ter papel decisivo no futuro da Eletrobras. A ideia em gestação no governo é submeter todo o acordo, que envolve a escolha das usinas hidrelétricas a serem "descotizadas" e o aumento de capital necessário para pagamento do bônus de outorga, a uma assembleia de acionistas.

Só que a União, atualmente controladora da empresa, simplesmente abdicaria do direito a voto para evitar um potencial "conflito de interesses". Ficaria exclusivamente nas mãos dos minoritários aceitar ou não o acordo.

O objetivo é marcar diferença entre o processo de privatização da Eletrobras e a tumultuada adesão à MP 579, medida provisória assinada pela ex-presidente Dilma Rousseff em setembro de 2012, que contrariou o interesse dos minoritários e resultou na condenação do governo pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por abuso de poder de controle. A decisão da CVM, contudo, foi anulada pelo chamado "conselhinho" - o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Na época, os minoritários alegaram prejuízo na renovação das concessões de usinas e linhas de transmissão da Eletrobras por 30 anos, em troca de uma queda expressiva das tarifas. Mas a União bancou o plano de Dilma e impôs sua vontade como majoritária.

Agora, o governo busca uma comunicação mais amigável com o mercado e pretende criar incentivos para a aceitação do novo plano pelos acionistas de menor porte. Para isso, um dos pontos é reverter à própria Eletrobras parte do bônus de outorga das hidrelétricas que serão "descotizadas".

Na proposta de reforma do setor elétrico, colocada em consulta pública pelo **Ministério de Minas e Energia**, previa-se a divisão dos recursos em três partes: uma para o Tesouro Nacional, outra para a Eletrobras e a terceira para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - o fundo setorial responsável por subsídios.

Logo em seguida, veio à tona o plano de privatização da Eletrobras. No início, a equipe econômica resistiu à divisão dos recursos em três partes iguais. Agora já existe consenso em torno da importância de reverter uma parcela do dinheiro à empresa. Isso significa que, se o Tesouro Nacional prevê ficar com R\$ 7,7 bilhões da "descotização" em 2018, a arrecadação total com bônus de outorga superará os R\$ 20 bilhões - levando em conta a Eletrobras e a CDE.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Governo pretende fazer leilão de distribuidoras por valor simbólico de R\$ 1**

O governo federal pretende leiloar as seis distribuidoras da Eletrobras pelo valor simbólico de R\$ 1,00, apurou o **Valor** com uma fonte com conhecimento do assunto. Segundo disse ela, quem do setor propuser a menor tarifa pelo serviço de energia vencerá a disputa.

Ainda de acordo com a fonte, que confirmou notícias que circulavam no mercado, o leilão será realizado no primeiro trimestre do próximo ano. A possibilidade de realizar o certame no início de 2018 vinha sendo admitida pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr. Inicialmente, o plano da estatal e o cronograma divulgado no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) indicavam levar os ativos à licitação até o fim deste ano.

O leilão envolverá as seguintes distribuidoras: Cepisa (PI), Ceal (AL), Eletroacre (AC), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Amazonas Energia (AM). São empresas que pertenciam a governos estaduais e que foram federalizadas no final da década de 1990 porque não estavam em condições de despertar o interesse de grupos privados no plano de desestatização lançado naquela época.

No passado, a expectativa era que a Eletrobras recuperasse as empresas, para que elas fossem finalmente privatizadas. Na prática, algumas delas até pioraram sua gestão, se tornando um passivo ainda maior para estatal controlada pela União.

A oferta de uma empresa desinteressante aos olhos do mercado pelo preço simbólico de R\$ 1,00 não é uma novidade. Uma das companhias que deixaram de estar sob controle do governo estadual, a Cemar, no Maranhão, teve sua privatização frustrada ao ter o seu controle assumido pela americana Pennsylvania Power & Light (PPL) - em recuperação judicial.

A Cemar foi então assumida pelo grupo Equatorial pagando R\$ 1 pela concessão. Em vez de oferecer uma tarifa mais baixa, em contrapartida, a companhia ofereceu o melhor plano de investimento que as concorrentes.

Outra empresa negociada pelo valor de R\$ 1 foi a Celpa, distribuidora do Pará, também adquirida pela Equatorial. Neste caso, o negócio foi feito dentro da recuperação judicial da Celpa, em 2012.

Na semana passada, o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, havia anunciado que receberia do Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) a modelagem de venda das distribuidoras da Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Minoritário questiona recompra da Cetrel

Com a aprovação da recompra da Cetrel pela Braskem, acionistas minoritários da petroquímica vão estudar que medidas podem ser tomadas para evitar a concretização do negócio. Uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) convocada para deliberar sobre o assunto na sexta-feira aprovou a aquisição do controle da empresa de serviços ambientais no Polo de Camaçari (BA), por R\$ 610 milhões.

A Petrobras, que detém 47% do capital votante da Braskem, votou favoravelmente e garantiu sozinha a aprovação do negócio, enquanto a Odebrecht se absteve de participar da deliberação por ser parte relacionada, conforme havia antecipado o **Valor**.

O fundo de investimento Geração Futuro L. Par, minoritário ordinarista da petroquímica, apresentou voto de protesto. Os minoritários queriam impedir a estatal de participar da deliberação, sob a justificativa de que é signatária do acordo de acionistas da Braskem e, portanto, parte interessada.

A recompra da Cetrel gerou forte oposição dos acionistas minoritários da Braskem, que é controlada pela Odebrecht e pela Petrobras. O entendimento é que não há sentido comercial na aquisição neste momento, já que a própria petroquímica vendeu o controle da Cetrel em 2012 sob a justificativa de que o ativo não era estratégico.

Os acionistas afirmam que o objetivo da operação é usar a petroquímica para dar liquidez à Odebrecht em um momento de dificuldade financeira. Em entrevista ao **Valor**, o advogado André Dantas, que representa a Geração Futuro, a recompra da Cetrel neste momento mais parece um acordo de conveniência, uma vez que a Odebrecht "precisa de caixa para fazer frente ao acordo de leniência".

Em 2012, a Braskem vendeu a fatia de 54,2% que detinha na Cetrel e 100% da Distribuidora de Água de Camaçari (DAC) para a Odebrecht Ambiental, pelo valor de R\$ 652 milhões. No fim do ano passado, a Odebrecht acertou a venda da Ambiental para o grupo canadense Brookfield, que não manifestou interesse

pela Cetrel, o que levou a Braskem a apresentar uma oferta de R\$ 610 milhões para recomprar a empresa.

A Braskem, por sua vez, alega que a Cetrel tem papel relevante na gestão dos processos ambientais das atividades do polo de Camaçari. "A aquisição busca garantir a segurança e a confiabilidade das operações industriais no polo, em linha com a estratégia da Braskem de reforço de sua operação petroquímica", afirmou, em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Raízen faz proposta

A Raízen Combustíveis, do grupo Raízen - joint venture entre Cosan e Shell - apresentou uma proposta vinculante para adquirir o negócio de refino, distribuição de combustíveis e lubrificantes da Shell na Argentina. Por ser um processo de concorrência, a empresa informou que não é possível dar mais detalhes nem uma previsão sobre o desfecho do processo. Se a proposta da Raízen for a vencedora, a transação ainda estará "sujeita ao atendimento de certas condições precedentes usuais para este tipo de operação", informou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Frase do dia

"Só vemos, em alguns momentos, um mar de ignorantes e lobistas fazendo proposições".

Do ex-presidente da Eletrobras, José Luiz Alquéres, ao criticar a modelagem de privatização do controle estatal da empresa

MME / ASCOM .